



## **Mulheres e educação em debate: rupturas e permanências**

Gabrielle Carla Mondego Pacheco Pinto  
*Professora de Língua Inglesa da SME/RJ; Proped/UERJ*  
*gabimondego09@gmail.com*

### **Resumo**

Este trabalho propõe uma breve apresentação dos movimentos de ruptura e permanência na história da educação das mulheres no Brasil, considerando, inicialmente, os projetos de civilização da nação republicana (início do século XX) e ainda a finalidade de uma educação para mulheres em uma perspectiva pós-estruturalista, cotejando as diferenças nos aspectos que definem seus objetivos e condições, as quais estabelecem relação direta com o tempo presente e a segmentação até então vigente no cerne educacional. Para este estudo elegemos a metodologia de análise de fontes históricas, bem como o cruzamento de fontes, pois operam de modo a permitir a observação dos tópicos tencionados no decorrer da pesquisa, evitando o anacronismo e a tomada de um *monumento*. Ademais, este trabalho busca inserir-se nos estudos que privilegiam a história das mulheres no Brasil e na historiografia da educação para mulheres, especialmente neste momento de emergências e incertezas, quando mulheres educam-se, mais uma vez, para educar.

### **Palavras-Chave**

Educação para mulheres; Nação republicana; Pós-estruturalismo; Rupturas e permanências.

### **Introdução**

Pensadas à luz da biologia como frágeis e, conseqüentemente, inferiores (ROCHA, 2017); sob o faixo da psicologia como histéricas e inconstantes (KEHL, 2016); e pelas lentes antropológicas como um *desvio* construído a partir do e constituído pelo homem (LOURO, 1997), as mulheres caminharam, até aqui, à margem. Não obstante os movimentos que reivindicaram e conquistaram direitos, a colheita quase sempre foi agrídoce.

Os anos que iniciam o século XX presenciaram o entusiasmo pela educação. A constituição de uma nova nação, moderna, se daria através da escola e de sua nova ordem. Como salienta Carvalho (1989), “o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes do povo, de vitalizar o organismo social, de construir a nação” (p.9). Educar, regenerar, higienizar. A educação das crianças, *guardiões do futuro da nação*, estava designada à escola; e a escola era personificada pela figura de uma mulher, a “continuação do lar”. No que tange o processo de higienização do início do século XX, Rocha (2017) aponta que “a mulher constitui-se na [figura] da interlocutora privilegiada” (p.121), pois é ela a responsável pelo núcleo familiar, pela limpeza do lar, assepsia dos filhos, preparação dos alimentos.



A educação para mulheres na Primeira República se colocava como mais uma forma de perpetuação do *lugar social* da mulher: a casa, o casamento e os filhos. Se meninas, à escola lhes era um apreço o qual não se podia questionar; se jovens mulheres, o casamento e a maternidade compunham uma vida íntegra, saudável e feliz; para o trabalho, o magistério lhes servia; se mais velhas, a elas se atribuía o conceito de sabedoria. Importante ressaltar que em nenhuma dessas frentes a mulher é protagonista ou produtora de saber, nem mesmo os *sábios conselhos da D. ou da Mme* eram, efetivamente, uma expressão de autoafirmação, consonância ou identificação com outras mulheres.

Joana Maria Pedro (2013) aponta que, especialmente no Brasil, a chamada “Segunda Onda” feminista guardou especificidades, por conta da conjuntura política – estávamos os brasileiros vivendo sob uma ditadura militar, cerceados de direitos e liberdades. Por este motivo, argumenta Pedro que “a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sob tantas outras pautas” e, ainda, assuntos ligados à sexualidade e à violência contra as mulheres seriam mais tarde grandes eixos norteadores do movimento.

O conceito de *sexismo*, divulgado inicialmente na década de 1960, explicaria os motivos para uma educação diferenciada em seus princípios, meios e fins. Bell Hooks (2019) afirma que “o movimento feminista se fortaleceu quando encontrou a academia”, quando mulheres passaram a ocupar que antes só pertencia aos homens, as universidades. A partir daí, apesar de não estarmos falando de uma marcha pela educação universitária, tampouco a reivindicação da igualdade de acesso, a maioria dos estudantes e educadores passou a ser feminina. As mulheres começaram a escrever sobre sua própria condição no trabalho, na vida doméstica, na educação.

Criado em 1985, com fins de “promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país”<sup>1</sup>, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ofereceu novas perspectivas para a educação das mulheres, e promoveu, em colaboração com a Capes<sup>2</sup>, pesquisas que tinham como objetivo a educação de e para mulheres. O processo de reformas educacionais no país na década de 1990, sob o lema da “Educação para todos”, entretanto, não contemplou as questões femininas na educação. Mudanças significativas para a educação das mulheres foram empreendidas na primeira década do século XXI e trouxeram a lume, de maneira mais efetiva, questões relativas ao gênero; questões da linguagem – como forma de delimitar as diferenças, principalmente; questões comportamentais e institucionalizaram estudos que tomam como objeto a mulher e as relações de gênero por elas permeadas.

Desta forma, este estudo busca compreender que condições levam ao reposicionamento das mulheres para o lugar social onde a sua educação é premissa para a educação da família e para o resgate do pressuposto da mulher como *reprodutora* do conhecimento produzido pelos homens, em especial neste momento em que mulheres desempenham multitarefas – o *home office*, o cuidado com a casa, a educação dos filhos, a administração das finanças, o casamento, a higiene e a saúde.

---

<sup>1</sup>Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho>. Acesso em 24/07/2020.

<sup>2</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundada em 1951.



## Metodologia ou Materiais e Métodos

A metodologia implicada na elaboração deste trabalho debruçou-se nos preceitos oriundos da História Cultural, corrente histórica e filosófica que resignificou, essencialmente, o sentido do termo *fonte histórica*, as *categorias de análise*; pôs em lume o *dito-não-dito* dos documentos e evidenciou as rupturas e permanências como partes integrantes do processo de historicização.

Entendemos que a História Cultural nos oferece subsídios para o conhecimento e a observação da história da constituição das minorias, das diferenças e mais, da manutenção destas diferenças. Burke (2011) explicita que “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma construção cultural, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço.” (p.11-12). Neste sentido, o *cruzamento de fontes* se torna essencial à pesquisa, que objetiva o cotejamento de dois períodos históricos distintos, quando a ótica diacrônica deve operar.

## Resultados e discussão

Ao analisarmos o censo demográfico de 1920, temos algo em torno de 78% de mulheres analfabetas, contra o aproximado 69% de homens na mesma condição; deste total de mulheres alfabetizadas, 70% ocupavam o magistério primário (PACHECO, 2015, p.38); deixando de lado as condições de sua elaboração, aprendemos com esses dados que boa parte da população feminina era incapaz<sup>3</sup> de educar-se, tampouco de *oferecer* educação.

Muito embora o número tenha caído segunda metade do século XX - a taxa era aproximadamente 54%, o total de mulheres ainda era maior do que o dos homens. Apenas no século corrente as taxas coincidiram e, eventualmente, os homens passaram a integrar a maioria dos analfabetos. Em 2009 os homens são 1% a mais; em 2015<sup>4</sup>, as mulheres ocupam mais da metade do número total de matriculados no ensino superior, o que representa um grande salto da educação feminina, quando pensamos em quem produz e o conhecimento que hoje compartilhamos, nos diferentes níveis educacionais.

O estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”<sup>5</sup>, divulgado em 2018 pelo IBGE evidencia que, apesar de terem o maior nível de escolaridade e trabalharem, efetivamente, 10h a mais que os homens, o posicionamento das mulheres no mercado de trabalho ainda era inferior e os salários representavam apenas 76% do total pago aos homens. Dito isto, a função social e econômica das mulheres, multidimensionada, é, no entanto, ainda mal recompensada.

---

<sup>3</sup> O termo faz referência ao julgamento imposto pelo Código Civil de 1916, que posicionou mulheres, crianças e jovens menores de 21 anos como relativamente incapazes. Fonte: Código Civil dos Estados Unidos do Brasil – Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 24/07/2020.

<sup>4</sup>Fonte: Censo da Educação Superior 2015. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_cens\\_o\\_da\\_educacao\\_superior\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_cens_o_da_educacao_superior_2015.pdf)

<sup>5</sup> Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em 24/07/2020.



Nas três<sup>6</sup> matérias eleitas para este estudo, dentre as muitas divulgadas online que debatem educação na pandemia, podemos perceber como a educação das crianças se consubstanciou na figura materna. Os textos selecionados mostram que a maioria das mães-educadoras preteriu alguma tarefa antes exercida – cuidados pessoais, estudos, cuidado com a casa, ou até mesmo o trabalho assalariado, para dedicar-se à rotina escolar dos filhos.

Vale ressaltar que este movimento das mães-educadoras atinge a todas – educadoras, pesquisadoras, domésticas, trabalhadoras informais, pouco instruídas, analfabetas, etc. As condições que garantem a manutenção da vida escolar dos filhos são das mais diversas, bem como os resultados. Entretanto, as finalidades são as mesmas experimentadas pelas mulheres na Primeira República: educar-se para educar.

## Conclusão

Este trabalho busca apresentar um breve panorama acerca da educação de mulheres, considerando o início do século XX e o tempo presente, sob uma perspectiva pós-estruturalista. O empreendimento ambiciona tencionar as rupturas e permanências da educação para mulheres no Brasil.

No que tange a produção do conhecimento, este artigo procura a inserção nos estudos que preconizam a história e a historiografia das mulheres. Compreendemos que o fazer histórico também se constrói nos moldes do tempo presente e suas relações cíclicas com a história e as coletividades.

## Referências

- BURKE, Peter. Tradução de Magda Lopes. **A escrita da história; novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvan Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis RJ: Vozes, 2014.
- PACHECO, Gabrielle Carla Mondego. **Os deveres do pequeno cidadão em Alma Infantil: versos para uso das escolas (1912)**. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **Regras do bem viver para todos: A “Bibliotheca Popular de Hygiene” do Dr. Sebastião Barroso**. Campinas: Mercado de Letras, 2017.
- PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

---

<sup>6</sup> “Mesmo sem educação básica, mães ajudam filhos com aulas na pandemia”. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/07/08/mesmo-sem-educacao-basica-maes-ajudam-filhos-com-aulas-na-pandemia.htm>

“Educação familiar durante a quarentena tem sido um desafio para os pais” Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-04/educacao-domiciliar-durante-quarentena-tem-sido-desafio-para-pais>

“A rotina de pais e mães docentes durante a pandemia” Disponível em: <https://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=5942>